

VALLE, Lílian do. **A escola imaginária**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997. 200p.

Fabricia Pereira Teles¹
Cledivan Alves dos Santos²

Lílian de Aragão Bastos do Valle é professora titular de Filosofia da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, graduou-se em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1978) e tem doutorado em Educação pela Université de Paris V - René Descartes (1982). Sua atuação e trabalhos concentram-se na área de Filosofia da Educação e têm como principais temas: educação democrática, o papel da filosofia da educação, autonomia e criação humana, escola pública, teoria e prática da formação humana. No campo da Filosofia da Educação, dedica-se com especial atenção às contribuições de Cornelius Castoriadis, Hannah Arendt e de Aristóteles.

Qual o sentido a sociedade vem dando à escola? Não é falso afirmar que poucas vezes paramos para refletimos sobre essa questão, em geral, quando se pensa sobre o assunto não fazemos a devida análise. A presente obra, valorosa e rica de contribuições para a reflexão sobre a crise da escola, sobretudo da escola pública, apresenta-se balizada por fundamentos teóricos e conceituais os quais possibilita Valle, com inteira propriedade, provocar em seus leitores questionamentos sobre o imaginário que envolve a escola pública.

Para tratar sobre o assunto, Valle organiza a presente obra em quatro capítulos, nos quais, de maneira pormenorizada e detalhada discorre suas reflexões e análises sobre a temática proporcionando aos leitores uma viagem em tempos e espaços que garante uma importante visão filosófica e teórico-histórica dos diversos momentos que passaram e construíram o imaginário da escola que temos.

Inicia suas reflexões na Introdução, questionando se a escola vive uma crise, uma crise imaginária. A partir dessa problemática vai desenvolvendo seu pensamento pontuando aspectos como, que a insatisfação com a escola pública está presente desde sua origem, sendo a causa relacionada a perspectiva do tipo de homem que a sociedade pretende formar. Que concepções e valores éticos a escola pretende transmitir e conservar? Nesse embate, encontra-se a escola como que sentada na cadeira dos réus, sendo julgada praticamente com veredicto final: culpada. A mesma escola sentenciada como responsável pelos males da sociedade é a àquela que acolhe em si, todas as esperanças de se inverter a situação.

Segundo a autora, no contexto de crise da escola, existem duas lógicas de pensamento: a lógica empresarial, num sentido bem objetivo do termo, isto é, de que todos os problemas relacionados a ela estariam resolvidos a partir de medidas eficazes de cunho administrativo, em que se verifica comumente o jargão de que a escola é uma agência de serviço que busca atingir a “qualidade total”; a outra lógica estaria voltada para um sentido mais subjetivo, a ponto de também responder pelos valores éticos de nossa sociedade.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí-UFPI, Especialista em Docência do Ensino Superior e em Educação Infantil (UFPI), Graduada em Pedagogia UFPI. E-mail: fabriciaefranio@hotmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí-UFPI, Especialista em Docência do Ensino Superior (UESPI) e Graduado em Pedagogia UFPI. E-mail: claidivan.santos@bol.com.br

No Capítulo I, denominado *Sob o modo da criação: escola pública imaginária*, Valle faz uma discussão teórico-conceitual da escola imaginária tendo como amparo o recurso da historicidade. Para a citada autora, recorrer à História, de certa forma, é o melhor caminho para se compreender os fenômenos na contemporaneidade, principalmente, referindo-se a condição de uma análise crítica do processo que se aborda, em suas próprias palavras, “[...] apropriar-se do passado, reatualizando e reinvestindo valores, construindo a memória, esta é uma tarefa que compete tanto aos afetos quanto à razão” (p. 40). Nesse sentido, a noção de escola imaginária é tratada como um processo de construção histórico e cultural feita a partir das significações sociais conscientes ou inconscientes de um povo.

A discussão levantada nessa seção do livro bem interessante e valiosa para a reflexão dos leitores é que o imaginário da escola não pode ficar restrito a uma compreensão delirante, associada a uma idéia utópica, intangível, de uma escola pública que nunca pode existir de fato. Sobre a discussão a autora corrobora com o pensamento de Cornelius Castoriadis quando afirma que o imaginário é dinâmico enquanto potência criadora. Desse modo, para autora “[...] o imaginário social tanto pode servir ao submetimento ideológico, às forças de conservação do *status quo* quanto à auto-emancipação (termo que na visão de Castoriadis, ressoa pleonasticamente) da sociedade”. (p. 36).

É marcante nesse capítulo a imagem da escola pública como criativa e potencializadora de transformação social. A concentração da construção teórica de Valle está em apresentar a natureza da escola pública, fundada em um projeto político capaz de ir de encontro a modelos sociais, cuja missão: formar o homem cidadão.

No capítulo II, *O imaginário social*, é a parte do livro que evidencia os alicerces de sustentação teórica do estudo do conceito de imaginário definido por Valle. Entende-se desse modo, é a seção que assenta a autora para sua construção teórica subsequente. O conceito de imaginário social é apresentado a partir das reflexões de Cornelius Castoriadis e de Octave Mannoni.

Para Castoriadis, em oposição ao pensamento ocidental que concebe a imaginação como “[...] agência de produção de falsas imagens, de ilusões, de visões deformadas da realidade” (p. 48), a dimensão imaginária é vista a partir de uma ótica positiva, como uma perspectiva de vir a ser, de tornar-se, e, não numa dimensão de descrédito. Nesse sentido, o conceito de imaginário relaciona-se a própria idéia de criação, “emergência do novo”, instância de produção da sociedade. A versão de Castoriadis sobre o conceito de imaginário supera a visão conservadora de práxis social quando agrega ao conceito a idéia de temporalidade, de coletividade e de dinamicidade. Percebe-se, portanto, a imensa contribuição do pensamento do autor para a complexa análise proposta por Valle.

Numa linha de raciocínio mais psicanalítica, a autora recebe as contribuições de Octave Mannoni para compreensão do fenômeno alienação contida na lógica clássica de imaginário. Nos termos do próprio autor “[...] a alienação não é inerente à existência do imaginário, mas revela uma forma de relação com ele” (p. 57), por isso, tanto a emancipação da sociedade, quanto a sua alienação pode ser analisada a partir do reconhecimento da esfera do imaginário. Nessa discussão a contribuição de Mannoni permite o aprofundamento de questões essenciais para Valle que estão relacionadas a aspectos próprio da subjetividade e da construção de representações sociais.

No capítulo seguinte, o mais denso de toda a obra, *Das origens: uma escola à altura dos sonhos revolucionários*, a autora faz uma análise, como ela própria afirma, minimamente rigorosa da Escola. Discorre sobre os principais aspectos e tendências

históricas que retratam a origem da escola pública desejada, ou quem sabe, idealizada a partir daqueles que primeiro a conceberam.

Valle sistematiza sua construção teórica nesse capítulo abordando o assunto em dois subtópicos gerais: *As idéias da Revolução e Revolução e utopia pedagógica*. No primeiro, escreve sobre os discursos revolucionários os quais constituíram o período a ser denominado de “era da revolução”. O Iluminismo, segundo a autora, exerce extrema influência para consolidar o que viria a ser a Escola. Conforme se verifica na discussão o período é concebido como excepcional em que homens brilhantes tomam consciência da capacidade de intervir no próprio destino, impregnados por uma razão ilimitada e por um movimento coletivo a favor da liberdade de pensamento. A razão liberta em vias constante de evolução tem na idéia de “progresso” a palavra chave da revolução intelectual e, sob ela, a proclamação e concessão dos seus preceitos estendido à todos os homens.

Contudo, o conhecimento é proclamado por uma universalização questionável e por uma emancipação humana controlada por um ideal produtivista, idéias as quais Rousseau, se dedicou a criticar indo de encontro a todos os modelos educacionais da época. A instrução pública na concepção de Rousseau ganha respaldo no interesse privado que ao invés de promover o igualitarismo entre o povo, vem legitimar o privilégio de poucos.

Continuando a tessitura, Valle discute sobre as contradições presente na idéia de instrução pública. De acordo com a autora supracitada, embora o contexto revolucionário tivesse contribuído para o crescimento da idéia de educação como um direito de todos, o modelo de instrução pública do Estado liberal não possuiu significado político, “[...] é possível afirmar que o direito à instrução prevista na Constituição de francesa de 1791 é antes, e muito paradoxalmente, um direito do Estado e não do indivíduo” (p. 99, grifos da autora). Com isso o que deveria ser um bem da sociedade passa a ter um caráter “subversivo”, o direito a instrução tem o seu fim posto de ponta cabeça. Críticas e mais críticas são feitas ao modelo e em meio a posições ora assistencialista, ora garantidora das condições de cidadania, a escola cresceu e se fortaleceu enquanto instituição formadora.

É brilhante notar como a autora discute o direito à educação, vindo desde seu nascimento bastardo de uma compreensão de direito natural, no percurso, limitando-se a concepção assistencialista, chegando às aspirações por um modelo ideal de Estado.

Entre as muitas críticas apresentadas pela autora nesse livro está a de que o ideário de Revolução que pregava a independência hierárquica do homem é uma ilusão, isto porque, com a idéia de superação do modelo absolutista, há uma substituição de foco mistificando-se a liberdade através da alienação da força de trabalho, isto é, através da imagem do trabalhador livre.

Ainda nesta seção da obra de Valle, grande atenção merece ser dado aos escritos que levantam discussões a respeito do sentido atribuído ao termo igualdade e liberdade nos movimentos revolucionários franceses, americano e inglês. Tratando o assunto também com muita propriedade a autora oferece aos leitores refletir sobre os aspectos que estiveram nas entrelinhas quanto ao significado de público e privado no contexto dos movimentos. Sobretudo, a experiência francesa e sua idéia de unidade política a ser alcançada.

O segundo subtópico geral deste capítulo *Revolução e utopia pedagógica*, segundo pesquisas historiografia feita pela autora, o projeto de constituição da Escola pública nasce agregado ao movimento revolucionário francês, isto é, inteiramente associado a todas as aspirações de “sociedade ideal” que estava em voga. Portanto, a valorização da educação e naturalmente, da escola pública ganha proporções de expansão em nosso imaginário que literalmente estão presente até os dias atuais.

Todavia, mesmo com todas as ambições contidas nos discursos e projetos de implementação da Escola pública, o certo, é que o idealizado no período da Revolução Francesa permaneceu no plano do ideal e a escola ideal retida no imaginário do povo. Contudo, poucos ousam questionar sua real existência. Valle ousadamente discute a questão na presente obra justificando que a necessária discussão da temática quer mostrar que nas intenções políticas seja consciente ou inconsciente, a educação é sinônimo de poder. Resta então saber a quem esse poder deve ser garantido.

À luz do desenvolvimento teórico que Valle traça, a Escola pública acolhe todas as esperanças de uma sociedade mais justa, onde todo cidadão tem poder de vez e voz. Nesse entendimento está a Escola *imaginária*.

Mas, se a educação sonhada não acontecer em tempo real, resta-nos apenas esperar que um dia aconteça. Esse pensamento conformista faz com que se aceite na escola e na sociedade a provisoriedade da desigualdade, das injustiças sociais. O debate de Valle sobre o imaginário da Escola pública situa-se na esfera da representação associada as perspectiva de transformação social ou de aceitação desta instituição.

Outro ponto importante na discussão da autora e que merece ser destacado refere-se à projeção do ideário revolucionário francês que não alcançado é colocado a ser assumido pela escola em forma de “milagre”. Nesse sentido, a ação pedagógica tem o compromisso de manter os sonhos de cidadania universal e ao mesmo tempo submissa às exigências e limites da organização social excludente. Para autora essa “[...] duplicidade, mais do que escondida, é operada (e sustentada) por uma *concepção pedagógica do tempo* que permite à imagem da Escola acolher e conciliar as representações mais contraditórias” (p. 134, grifos da autora).

Diante da responsabilidade delegada à escola pelo Estado, ela ainda precisava ficar definida enquanto tempo, de base comum a toda a escola pública elementar. A escola pública carrega consigo, portanto, a perpetuidade de um sistema social através da hierarquização e seletividade do ensino. Ao passo que a Escola pública é aquela que edifica uma ideologia excludente, é também aquela que em nome da luta contra um sistema consolidado pode fazer germinar valores e crenças a efetivar a democracia entre os homens.

Valle levanta ao final desse capítulo, reflexões pertinentes sobre a transposição das responsabilidades, antes, da família, revertidas para o Estado. Informa que a interferência do Estado nos assuntos mais domésticos é assumida não por uma preocupação política, mas por uma exigência moral. Mesmo assim, o Estado assume o controle e organização social. Ao tempo que os direitos da família são colocados em questão, nasce à concepção de Escola pública obrigatória promovida pelo Estado e a qual tem o dever de garantir. Mas, essa mesma escola divide-se entre duas divisões: o privado que existe no plano real, e, o sonhado na “esfera pública”.

O tempo, grande vilão que joga ao lado do interesse privado. É ele que exerce o controle integral e durável da vida das futuras gerações. O tempo conforme é apresentado na obra, “[...] adquire toda sua importância, pois trata de modelar, *através do tempo*, o espírito único de uma cidadania feita de disciplina e de sólida adesão” (p. 148, grifos da autora). Assuntos como o tempo, público e privado, direitos civis, políticos e sociais, universalização do ensino, contido em ideais revolucionários, são algumas das temáticas desenvolvidas por Valle com intensa profundidade, nessa seção do livro. Por isso, reafirmamos que este capítulo representa em nosso entendimento o coração da obra, por tudo que discute configurar o imaginário da Escola pública.

Um pouco diferente do capítulo anterior que de modo geral discutiu a situação do imaginário da Escola pública numa espécie de retrospectiva, no capítulo seguinte, último da obra, denominado *Do esquecimento: entre a memória e alienação* a autora

desenvolve a análise partindo da crise do imaginário na modernidade tendo em como foco a análise do tempo presente.

Segundo Valle a crise da Escola vem acompanhada da própria crise do imaginário de Estado. Atualmente, o ideal de Estado que se tinha outrora, está abalado visto que há nitidez na incapacidade de distribuir justiça e igualdade, bem como servir contra o interesse de poucos privilegiados. O que se verifica na nossa sociedade são os interesses pessoais sobrepostos aos interesses coletivos. O público perde-se no ideário político que privilegia a privatização e a abertura de mercado em nome da globalização.

Para a autora, a crise do imaginário é antes de tudo a crise da própria razão. A razão que nasce como aquela que garantirá os benefícios a todos os cidadãos sem distinção, uma vez que qualquer um tem a capacidade de apropriar-se dela sem que haja uma determinação divina e que prometeu igualdade e justiça, é a mesma que acentuou a miséria a ignorância e a dominação. A certeza da crise da razão está no discurso moderno, na promessa de progresso e advento do novo homem que não chegou a existir.

Percebe-se no desenvolvimento do pensamento de Valle que embora esteja focada na análise da Escola pública tem como suporte central as reflexões filosóficas que fornecem “[...] uma radiografia do projeto de modernidade que deveras predominou na construção de nossa sociedade” (p. 155).

Os entraves na constituição da escola pública são apresentados na obra, reconhecê-los, segundo a autora, já é o primeiro passo em busca de novos horizontes. A discussão lançada por Valle afirma que nem tudo está perdido. Para isso, a necessidade de se pensar um projeto educativo, projetar um futuro para as próximas gerações que não seja o de viver em uma sociedade desumana. Imaginar e tornar realidade. Ver na experiência do passado a força que tem o homem na construção do mundo que temos, não com olhos saudosistas, mas como conscientização de que o futuro depende da imagem, das ações praticadas hoje. O sentimento de impotência não pode prevalecer em meio à crise da sociedade. A imagem de um futuro que conduz a uma única saída sem esperança não pode ser o escolhido pelo educador.

Portanto, é extremamente louvável o que Valle nesse capítulo nos incita refletir: é preciso sonhar. É preciso que se acredite na viabilidade de um projeto coletivo imaginado. Acreditar que podemos sair do silêncio dando voz ativa a um discurso contra a servidão. Fortemente soa em nossos ouvidos a afirmativa da autora, quando defende em sua análise “[...] se não ousamos mais sonhar o futuro, já nem é porque nos sentimos incapazes de prevêê-lo ou de projetá-lo: instalando-nos no presente atemorizado e descrente dos sofridos, nós vivemos como se o futuro não mais existisse.” (p. 159).

Nesse último capítulo a autora também retoma algumas discussões feitas em capítulos anteriores. A idéia de imaginário não como pertencente ao mundo da abstração, mas como Castoriadis conceitua, imaginação como potência criadora de uma coletividade. A discussão de Valle amplia-se quando discute esse imaginário atrelado a educação da razão e dos sentidos. Bem interessante também é quando a autora citando o pensamento de Rousseau diz que a imaginação e a sensibilidade estão a serviço dos interesses particulares do homem, entretanto se houver uma vontade geral, o desejo ecoa em benefício para todos.

Pensar a vantagem pregada ao imaginário social de Castoriadis não invalida atentar para o perigo apresentado a essa perspectiva. O cuidado é que não se pode haver tanta distancia entre o que é real e o que se deseja, é nesse ponto que mora o perigo de se ter um projeto, um desejo que nunca passará a ser concretizado. A distância é medida pela possibilidade de ação, ou seja, quanto mais distante a realização de ações concretas, mais distante a concretização do imaginário; quanto mais perto às ações, mais próximo o imaginário de vir a ser concretizado.